

Processo nº 2090.01.0010089/2025-35

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2025.

Procedência: Despacho nº 184/2025/FEAM/URA CM - CCP

Destinatário(s): Chefia da URA CM

Assunto: Sugestão de Arquivamento do P.A. SLA 4863/2024

DESPACHO

Prezado Sr. Chefe da URA CM,

Conforme se infere do Sistema SLA, em 23/12/2024 fora formalizado o processo de licenciamento ambiental SLA nº 4863/2024, pelo empreendedor Vale S.A. e referente ao Mina de Alegria e Fábrica Nova, localizado no Município de Mariana/MG.

No entanto, em que pese processada pelo órgão ambiental a formalização do supracitado processo, tem-se que o Município de Mariana e o Estado de Minas Gerais firmaram, em 20/08/2024, Convênio de Cooperação Técnica e Administrativa (SEI 2090.01.0009445/2023-66) para "(...) a delegação das ações de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores, bem como para a delegação das ações relacionadas às intervenções ambientais passíveis de autorização pelo órgão ambiental estadual (...).

O Convênio em questão fora celebrado nos termos autorizados, dentre outros, pela Lei Complementar Federal nº 140/2011, que, por sua vez, teve alguns de seus dispositivos regulamentados pela Deliberação Normativa COPAM nº 213/2017, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental seria atribuição dos Municípios do Estado.

Assim, **CONSIDERANDO** que o Convênio encontra-se plenamente em vigor, tendo sido, inclusive, firmado com prazo indeterminado, nos termos da cláusula décima do documento;

CONSIDERANDO que o Município de Mariana é o ente competente para analisar e adotar as ações administrativas atinentes ao processo de licenciamento formalizado erroneamente perante o órgão ambiental estadual;

CONSIDERANDO que a “Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente” (Lei nº 14.184, de 31.01.2002);

Sugerimos o **arquivamento** do processo de licenciamento ambiental SLA nº 4863/2024, do empreendedor/empreendimento Vale S.A. - Mina de Alegria e Fábrica Nova, CNPJ 33.592.510/0412-68, localizado no Município de Mariana/MG.

Ressalte-se não ter havido qualquer movimentação referente ao processo em questão no Sistema SLA,

nem mesmo a solicitação de eventuais informações complementares ao empreendedor, razão pela qual, em virtude da não realização do serviço, faz jus o empreendedor à restituição integral da taxa paga - DAE's nos valores de R\$1.407,53 e R\$801,90, segundo informações constantes do SLA, com amparo na Resolução Conjunta Semad/IEF/FEAM/IGAM nº 2.792/2019, bem como na IS SISEMA 02/2021.

Havendo dúvidas, estamos à disposição.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Luisa Ribeiro Teixeira Baptista**, **Servidor(a) Público(a)**, em 10/09/2025, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **122507554** e o código CRC **591BA8F6**.



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Central Metropolitana, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi ARQUIVADO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : VALE S.A.

CNPJ/CPF : 33.592.510/0412-68

Empreendimento : Projeto de Pesquisa Mineral Mina de Fábrica Nova

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Fazenda Alegria número/km S/N Bairro Zona Rural CEP 35420-000 Mariana - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Mariana (LAT) -20.196, (LONG) -43.4248

Fator locacional resultante : 1

Classe predominante resultante : 3

Modalidade de licenciamento : LAC1

Processo Administrativo Licenciamento : 4863/2024

Motivo da decisão:

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, no uso de suas atribuições legais, com suporte no artigo 23 do Decreto Estadual nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, e; Considerando as razões de fato e de direito expostas no Despacho nº 184/2025/FEAM/URA CM - CCP, constante do Processo SEI 2090.01.001.0089/2025-35; DECIDO pelo arquivamento do processo de licenciamento ambiental SLA n º 4863/2024, do empreendedor/empreendimento Vale S.A. - Mina de Alegria e Fábrica Nova, CNPJ 33.592.510/0412-68, localizado no Município de Mariana/MG. Em virtude da não realização do serviço atinente à análise do processo administrativo em questão, faz jus o empreendedor à restituição integral da taxa paga - DAE's nos valores de R\$1.407,53 e R\$801,90, segundo informações constantes do SLA, com amparo na Resolução Conjunta Semad/IEF/FEAM/IGAM nº 2.792/2019, bem como na IS SISEMA 02/2021.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Belo Horizonte, 10/09/2025.

Documento assinado eletronicamente por MATEUS ROMAO OLIVEIRA, Chefe da Unidade, em 10/09/2025 15:01 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.

MINAS GERAIS

fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V, VI e VII, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de setembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 125/2024, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 22 de junho de 2024, bem como no Parecer nº 653/CGE/CSET, SEJUSP/NUCAD_PROC/2025, aplica as penalidades: SUSPENSÃO de 45 (quarenta e cinco) dias ao processado ADRIANO FELIX PEREIRA, MASP: 1.384.374-3, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 2, e SUSPENSÃO de 60 (sessenta) dias ao processado RAFAEL DOS SANTOS SILVA - MaSP 1.440.017-0, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotados no Presídio de Santa Luzia I, à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, e art. 246, inciso I, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados e dos advogados Renata Alessandra de Abreu e Silva OAB/MG 108.285 e Gabriel Valadares Silva Lima Costa OAB/MG 168.407. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de setembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 246/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 1º de junho de 2023, bem como no Parecer nº 696/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD_PROC/2025, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 1 (um) dia à processada SUZANA MARIA AVELAR DOS SANTOS - MaSP 1.078.671-3, ocupante do cargo ASSISTENTE Executivo de Defesa Social, admissão 3, lotada no Centro Socioeducativo de Sete Lagoas, à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V, VI e VIII, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa da processada acima qualificada. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de setembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 332/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 13 de julho de 2023, bem como no Parecer nº 670/CGE/CSET, SEJUSP/NUCAD_PROC/2025, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 30 (trinta) dias ao processado ARLEI RITA DA SILVA - MaSP 1.082.599-0, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 4, lotado na Penitenciária de Uberlândia I - Professor João Pimenta da Veiga, à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, e art. 246, inciso I, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e da advogada Brunna Borges Silva OAB/MG 155.099. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de setembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 310/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 13 de julho de 2023, bem como no Parecer nº 712/CGE/Cset SEJUSP/NUCAD_PROC/2025, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 3 (três) dias ao processado GILMAR SANTANA DE SOUZA - MaSP 1.178.608-4, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 3, lotado no Centro de Remanejamento Provisório de Betim I, à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado Gregório Antônio Fernandes de Andrade OAB/MG 166.925. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de setembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019 e c/c art. 1º, inciso II, do Decreto nº 48.928/2024 de 24/10/2024; considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PDS Nº 015/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 11 de maio de 2023, bem como no Parecer 678/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD_PROC/2025, converte o ato de desligamento em penalidade de DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO para o processado MATHEUS TEIXEIRA BARBOSA - MaSP 1.319.310-7, ex prestador de serviço na função de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotado no Presídio de São Joaquim de Bicas, à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso VI, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, 246, inciso I, e art. 250, inciso II, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de setembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DIÁRIO DO EXECUTIVO

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por ALDO RODRIGUES BARBOSA - MaSP 1.173.405-0, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 453/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 22 de fevereiro de 2025, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 730/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD_PROC/2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa da recorrente acima qualificada de do advogado Dr. Vinícius Soares de Oliveira OAB/MG 132.025. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de setembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 152/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 5 de maio de 2023, bem como no Parecer nº 690/CGE/Cset, SEJUSP/NUCAD_PROC/2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de THIAGO JOSE DA COSTA GENEROSO - MaSP 1.382.274-7, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotado no Presídio de Congonhas I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado Hendryx Rosberg Pedrosa Cimino OAB/MG 119.442. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de setembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 226/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 1º de junho de 2023, bem como no Parecer nº 682/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD_PROC/2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de WANDERSON DIAS NUNES - MaSP 1.377.208-2, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, e CLARINDO TEIXEIRA DE MELO NETO - MaSP 1.106.858-2, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 2, lotados no Centro de Remanejamento Provisório de Ipatinga I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados e dos advogados Adilson Aurelio Domiciano OAB/MG 108.394 e José Antônio de Alvarenga OAB/MG 148.178. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de setembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 092/2024, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 23 de abril de 2024, bem como no Parecer nº 687/CGE/Cset SEJUSP/NUCAD_PROC/2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de DENIA SAMIONE BISPO ALVES - MaSP 1.260.942-6, Policial Penal nomeada para cargo em comissão DAD-6, admissão 2, e THIAGO ASSIS DE SOUZA - MaSP 1.453.274-1, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotados no Presídio de Uberlândia I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados e dos advogados Alexandre Martins da Costa OAB/MG 103.558 e Victor Bruno Alves de Jesus Ganem Rodrigues OAB/MG 157.255. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de setembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

10 2122814 - 1

ATO 00905/2025 – REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR RESPONSÁVEL POR EXCEPCIONAL CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para vinte horas semanais, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por 06 meses, aos servidores relacionados:
MASP: 1452358-3 DANIEL DIAS BORGES, em prorrogação, a contar de 16/07/2025;
MASP: 1379983-8 VALDINEIA VIEIRA DA ROCHA, em prorrogação, a contar de 18/05/2025;
MASP: 1390843-9 ARTHUR BERNARDES ALVES MURTA SOBRINHO, a contar de data de publicação;
MASP: 1234185-5 PATRICIA GOMES SOARES FONTES, em prorrogação, a contar de 14/08/2025;
MASP: 1433110-2 THAYS MARIA DE OLIVEIRA, em prorrogação, a contar de 21/02/2025;
MASP: 1380077-6 MATHEUS DOS SANTOS SIQUEIRA, a contar de data de publicação;
MASP: 1216067-7 LINCOLN CARMO SOUZA REZENDE, em prorrogação, a contar de 22/07/2025;
MASP: 1190067-7 ROSA MARIA DE OLIVEIRA, em prorrogação, a contar de 16/07/2025;
MASP: 1083039-6 MARCO TULIO ARANTES DE SOUZA, em prorrogação, a contar de 20/07/2025;
MASP: 1448874-6 LEILA MONTEIRO BRAGA, a contar de data de publicação.

Belo Horizonte, 09 de setembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

10 2122494 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Sr. Cristiano Augusto Vieira Dias, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar nº 324/2025, conforme PORTARIA/NUCAD/ Cset - SEJUSP/PAD Nº 324/2025, publicada no Minas Gerais de 30 de maio de 2025, tendo em vista o disposto no artigo 225, parágrafo da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, INTIMA, durante 08 (oito) publicações consecutivas, o processado abaixo relacionado pelo presente mandado, para, querendo, comparecer às audiências das testemunhas a serem realizadas em 30/09/2025 (Terça-feira) às 09h, 10h, 11h e 14h, bem como comparecer em seu INTERROGATORIO que será realizado na mesma data às 15h, por modalidade de videoconferência através da sala de reuniões do google meet, no link (meet.google.com/pvo-powg-sau), ficando a comissão à disposição através do endereço de e-mail: corregedoria17rsvp@gmail.com para dirimir eventuais dúvidas e/ou fornecer orientações. Desta forma, fica intimado o processado abaixo relacionado pelo presente mandado. SERVIDOR PROCESSADO: FABRICIO C. F. DE SOUSA - MASP: 1.38x.x30-8.

Pouso Alegre, 03 de setembro de 2025.
Cristiano Augusto Vieira Dias
MASP: 1.357.838-0
Presidente da Comissão

04 2120764 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Sr. Wandir Oliveira Moraes Filho, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 247/2025, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 01/05/2025, tendo em vista o disposto no artigo 225, parágrafo único, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e considerando as infrutíferas tentativas de intimação, INTIMA o servidor DIOGO G. SASSO – MASP 1.44x.x80-9, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado no Centro de Remanejamento do Sistema Prisional - Juiz de Fora, unidade integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da 8ª (oitava) e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de tomar ciência da instauração e se fazer presente perante às apurações, bem como ser ouvido em sala reservada sobre os fatos e a fim de operar, com plenitude, os seus direitos petrificados no art. 5º, LV da CFRB/88, sob pena de REVELIA: e designação de defensor “ex-officio”, ficando a comissão à disposição através do endereço Rua Filadelfo Souza Pinto, Nº 141, Bairro Nova Divinéia CEP: 38.613-080 - Unai - MG, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min, endereço eletrônico e telefone: nucadorregedoria@gmail.com, telefone (38) 3676-9707, para dirimir eventuais dúvidas e/ou fornecer orientações. Desta forma, fica intimado o processado abaixo relacionado pelo presente mandado. INTIMADO DIOGO G. SASSO – MASP 1.44x.x80-9 – PROCESSADO no PAD 247/2025.

Unai, 03 de setembro de 2025.
Wandir Oliveira Moiras Filho
Maspp: 1.382.826-4
Presidente da comissão

03 2120147 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

A Comissão de Recuperação de Valores Pagos Indevidamente – CRVPI, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, instituída pela Resolução SEJUSP nº 107/2020, CONVOCA e CITA o ex-servidor EDER DIAS REIS, MASP: 1355717-8, ou seu procurador, para, no prazo de 10 (dez) dias a contar da 8ª (oitava) e última publicação deste edital, manifestar-se sobre o Processo Administrativo de Débito nº 1450.01.0175894/2024-38, acompanhar sua tramitação e apresentar defesa para os fatos que caracterizam, em tese, recebimento indevido. A manifestação poderá ser apresentada pessoalmente, em dias úteis, das 08h00 às 16h00, ou e-mail (crvpi@seguranca.mg.gov.br), ou via Correios, por meio de Aviso de Recebimento (AR), endereço: Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Serra Verde, Belo Horizonte – CEP: 31630-901, Prédio Minas, 5º andar, Estação M05.0779. O não atendimento ao presente chamamento acarretará a aplicação dos efeitos da revelia e demais sanções previstas no art. 46 do Decreto nº 46.668/2014.

Leonardo Bráulio Ferreira Nogueira
Presidente da Comissão de Recuperação de
Valores Pagos Indevidamente

EDITAL DE CHAMAMENTO

A Comissão de Recuperação de Valores Pagos Indevidamente – CRVPI, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, instituída pela Resolução SEJUSP nº 107/2020, CONVOCA e CITA o ex-servidor MILTÓN JUNIO RODRIGUES DA ROSA, MASP: 1369508-5, ou seu procurador, para, no prazo de 10 (dez) dias a contar da 8ª (oitava) e última publicação deste edital, manifestar-se sobre o Processo Administrativo de Débito nº 1450.01.0175867/2024-88, acompanhar sua tramitação e apresentar defesa para os fatos que caracterizam, em tese, recebimento indevido. A manifestação poderá ser apresentada pessoalmente, em dias úteis, das 08h00 às 16h00, ou e-mail (crvpi@seguranca.mg.gov.br), ou via Correios, por meio de Aviso de Recebimento (AR), endereço: Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Serra Verde, Belo Horizonte – CEP: 31630-901, Prédio Minas, 5º andar, Estação M05.0779. O não atendimento ao presente chamamento acarretará a aplicação dos efeitos da revelia e demais sanções previstas no art. 46 do Decreto nº 46.668/2014.

Leonardo Bráulio Ferreira Nogueira
Presidente da Comissão de Recuperação de
Valores Pagos Indevidamente

03 2120076 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

- LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: *Gilberto de Oliveira Bertolino, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Cássia, Pratápolis, Passos e Itaú de Minas/MG, PA nº 36328/2025, Classe 3.
- LAC I - Licença de Operação em caráter Corretivo: Emerson Ribeiro - Piscicultura Ponte Torta, Aquicultura em tanque-rede, Carmo do Rio Claro/MG, PA nº 36337/2025, Classe 3.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio
Chefe da Unidade Regional de Regularização
Ambiental do Sul de Minas.

10 2122950 - 1

A Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha torna público o requerente abaixo identificado solicitou:

- Licença Ambiental Simplificada - LAS/RAS: 1) PEDRO HENRIQUE FERNANDINO SOUZA, Avicultura, Cordisburgo/MG, PA nº 36471/2025, Classe 3.

(a) Rita de Cassia Almeida de Paula.

Coordenação de Administração e Finanças, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha conforme ato publicado na edição de 27/08/2025 do Diário Oficial “Minas Gerais” - Página 13.

A Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha torna público que foi DEFERIDO o ADENDO ao parecer único 0377640/2020 do processo abaixo identificado:

- Licença Ambiental Concomitante – LAC I (LP+LI+LO): 1) Gransena Exportação e Comércio Ltda, Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento, Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistema retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Diamantina/MG, PA/ Nº 31917/2015/003/2020 e SEI 1370.01.0027859/2021-21, Classe 3.

(a) Rita de Cassia Almeida de Paula.

Coordenação de Administração e Finanças, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha conforme ato publicado na edição de 27/08/2025 do Diário Oficial “Minas Gerais” - Página 13.

10 2122890 - 1

QUINTA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 2025 – 11

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO (Publicado no Diário Oficial de “MG” no dia 09 de setembro de 2025 pág. 18. “A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Alto Paranaíba torna público que foi RETIFICADA a publicação da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada com decisão pelo Indeferimento: 1) Município de Matutina/Usina de Triagem e Compostagem de Resíduos, Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos urbanos; estação de transbordo de resíduos sólidos urbanos, Matutina/MG, PA nº. 32584/2025, Classe 2. (...)”. Leia-se: “A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Alto Paranaíba torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo Indeferimento: Município de Matutina/Usina de Triagem e Compostagem de Resíduos, Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos urbanos; estação de transbordo de resíduos sólidos urbanos, Matutina/ MG, PA nº. 32584/2025, Classe 2. Motivo: falta de informações primordiais à análise técnica. (...)”. *As demais informações permanecem inalteradas.

(a) Ana Carolina Silva Brito.
Chefe da Unidade Regional de Regularização
Ambiental Alto Paranaíba.

10 2122866 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público o arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

*Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação e de Operação (LACI): 1) Projeto de Pesquisa Mineral Mina de Fábria Nova/Vale S.A., atividades ou empreendimentos não listados ou não enquadrados em outros códigos, com supressão de vegetação primária ou secundária nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica, em estágios médio e/ ou avançado de regeneração, sujeita a EIA/Rima nos termos da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, exceto árvores isoladas, Mariana/MG, Processo nº 4863/2024, classe 3. Motivo: processo de licenciamento formalizado erroneamente perante o órgão ambiental estadual, sendo Mariana o ente competente para analisar e adotar as ações administrativas atinentes ao processo, conforme Convênio de Cooperação Técnica e Administrativa.

(a) Mateus Romão Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização
Ambiental Central Metropolitana.

10 2122939 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam torna públicas as DECISÕES deliberadas na 174ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas, realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: <https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJ4lw> no dia 09 de setembro de 2025, às 14h, a saber: 5. Exame da Ata da 173ª RO de 12/08/2025. APROVADA. 6. Processo Administrativo para exame do Recurso do Auto de Infração: 6.1 Fernando Dias da Silva - Destocar 163 ha de vegetação de espécies nativas em área comum de formação florestal campo cerrado, com retirada do material lenhoso sem autorização do órgão ambiental (Código 301); Fazer queimada sem autorização do órgão ambiental em área de 78 ha (Código 322); Utilizar trator de esteira na exploração florestal, sem registro no órgão ambiental competente (Código 349) e dificultar ação fiscalizadora no sentido de evadir e (ilegível) da equipe fiscalizadora para não fornecer dados pessoais e da propriedade, na intenção de não ser autuado (Código 367) - Verdelândia/MG - PA/CAP/Nº 624346/18 - AI/Nº 185952/2014. Apresentação: URFis NM. PEDIDO DE VISTAS pelos Conselheiros Henrique Damásio Soares representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg) e José Jhones Matuda representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Minas Gerais - Senar/MG. 7. Processos Administrativos para homologação do Termo de Composição Administrativa - TCA de adesão ao Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais - PECMA, conforme disposto no art. 43 da Lei 25.144/2025 e no § 3º do art. 8º do Decreto nº 48.994/2025: 1.1 Júlio César Rodrigues de Oliveira - Desmatar 346 ha de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização do órgão ambiental em área comum (código 301-A - Decreto 47.383/18) - Gameleiras/MG - PA/CAP/Nº 752642/22 - AI/Nº 295041/2022. Apresentação: URFis NM. HOMOLOGADO. 7.2 Daniel Francisco dos Santos - Retirar produto da flora nativa oriundo de exploração, desmate, destoca, supressão, corte ou extração de florestas e demais formas de vegetação, realizada sem autorização ou licença do órgão ambiental competente, ou em desacordo com a autorização ou licença concedida (Código 302-A - Decreto 47.383/18); Desmatar uma área de 182 hectares de vegetação nativa em área comum, de formação secundária, tipologia Campo Cerrado, inserido no bioma cerrado, sem licença ou autorização do órgão ambiental. (Código 301-A - Decreto 47.383/18) - Rio Pardo de Minas/MG - PA/CAP/Nº 804941/24 - AI/Nº 332556/2024. Apresentação: URFis NM. HOMOLOGADO. 7.3 Daniel Francisco dos Santos - Desmatar 93,3 hectares de vegetação nativa, em área comum, bioma cerrado, tipologia vegetal campo cerrado, no interior da fazenda chapada do Muquém, sem autorização do órgão ambiental (Código 301-A - Decreto 47.383/18); Retirar das quatro áreas alvos da fiscalização, que totalizam 93,3 hectares, 273 metros cúbicos de lenha nativa sem autorização ambiental (Código 302-A - Decreto 47.383/18); Impedir a regeneração natural da vegetação nativa, com a introdução de plantio de eucalipto, em uma área de 93,3 hectares, sem autorização do órgão ambiental (Código 309-A - Decreto 47.383/18) - Rio Pardo de Minas/MG - PA/CAP/Nº 805034/24 - AI/Nº 332638/2024. Apresentação: URFis NM. HOMOLOGADO.

(a) Yuri Rafael de Oliveira Trovão.

Presidente Suplente da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas.

10 2122492 - 1

DELIBERAÇÃO COPAM Nº 2.086, DE 9 DE SETEMBRO DE 2025. Altera a Deliberação nº 1.793, de 30 de maio de 2023, que estabelece a composição e designação dos membros da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental, para o mandato 2023-2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do art. 38, da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, parágrafo único do art. 15 e §3º do art. 20 do Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, e o art. 1º da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 28, de 3 de janeiro de 2025, DELIBERA:

Art. 1º – O item 3 da alínea “c” do inciso II do art. 2º, da Deliberação Copam nº 1.793, de 30 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 2º – (...) II – (...) c) (...) 3 – 2º Suplente: Alexandre de Aguiar Rocha; “.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 9 de setembro de 2025.

LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

10 2122801 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretor-Geral: Breno Esteves Lasmar

O Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas exonera, a pedido, nos termos do art. 106, alínea “a”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, GIL ANTONIO DE OLIVEIRA, MASP 1510047-2, do cargo de provimento em comissão DA1-11 FL1100122, a contar de 10/09/2025.

1